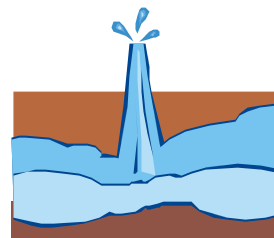


**PROJETO CADASTRO  
DE FONTES DE  
ABASTECIMENTO POR  
ÁGUA SUBTERRÂNEA**

**PIAUÍ**



**DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE  
DEMERVAL LOBÃO**

Março/2004

 **CPRM**  
Serviço Geológico do Brasil

 **PRODEEM**  
O Brasil se liga, o futuro acontece

Programa  
**LUZ**  
para todos

Secretaria de  
MinaseMetalurgia

Secretaria de  
Desenvolvimento Energético

Ministério de  
Minase Energia

  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

---

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

*Dilma Vana Rousseff*

Ministra de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA

*Mauricio Tiomno Tolmasquim*

Secretário

---

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ENERGÉTICO

*André Ramon Silva Martins*

Secretário Interino

SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA

*Giles Carriconde Azevedo*

Secretário

---

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

*João Nunes Ramis*

Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
ENERGÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS  
PRODEEM

*Paulo Augusto Leonelli*

Diretor

*Aroldo Borba*  
Gerente Técnico

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM

*Agamenon Sérgio Lucas Dantas*

Diretor-Presidente

*José Ribeiro Mendes*

Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

*Manoel Barretto da Rocha Neto*

Diretor de Geologia e Recursos Minerais

*Álvaro Rogério Alencar Silva*

Diretor de Administração e Finanças

*Fernando Pereira de Carvalho*

Diretor de Relações Institucionais e  
Desenvolvimento

*Frederico Cláudio Peixinho*

Chefe do Departamento de Hidrologia

*Fernando Antonio Carneiro Feitosa*

Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

*Ivanaldo Vieira Gomes da Costa*

Superintendente Regional de Salvador

*José Wilson de Castro Timóteo*

Superintendente Regional de Recife

*Hélio Pereira*

Superintendente Regional de Belo Horizonte

*Darlan Filgueira Maciel*

Chefe da Residência de Fortaleza

*Francisco Batista Teixeira*

Chefe da Residência Especial de Teresina

---

Ministério de Minas e Energia  
Secretaria de Desenvolvimento Energético / Secretaria de Minas e Metalurgia  
Programa Luz Para Todos  
Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios - PRODEEM  
Serviço Geológico do Brasil - CPRM  
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

**PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR  
ÁGUA SUBTERRÂNEA**

**ESTADO DO PIAUÍ**

***DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE DEMERVAL LOBÃO***

**ORGANIZAÇÃO DO TEXTO**

Robério Bôto de Aguiar  
José Roberto de Carvalho Gomes

Fortaleza  
Março/2004

## **COORDENAÇÃO GERAL**

Frederico Cláudio Peixinho - DEHID

## **COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Fernando Antônio C. Feitosa - DIHEXP

## **COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA**

José Emílio C. Oliveira - DIHEXP

## **APOIO TÉCNICO - ADMINISTRATIVO**

Sara Maria Pinotti Benvenuti - DIHEXP

## **COORDENAÇÃO REGIONAL**

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO  
José Alberto Ribeiro - REFO  
Oderson A. de Souza Filho - REFO  
Francisco C. Lages C. Filho - RESTE  
João Alfredo da C. L. Neto - SUREG-RE  
José Carlos da Silva - SUREG-RE  
Luis Fernando C. Bonfim - SUREG-SA

## **EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO**

### **REFO**

Ângelo Trévia Vieira  
Felicíssimo Melo  
Francisco Alves Pessoa  
Jader Parente Filho  
José Roberto de Carvalho Gomes  
Liano Silva Veríssimo  
Luiz da Silva Coelho  
Robério Bôto de Aguiar

### **RESTE**

Antônio Reinaldo Soares Filho  
Carlos Antônio Luz  
Cipriano Gomes Oliveira  
Heinz Alfredo Trein  
Ney Gonzaga de Souza

### **SUREG-RE**

Ari Teixeira de Oliveira  
Breno Augusto Beltrão  
Cícero Alves Ferreira  
Cristiano de Andrade Amaral  
Dunaldson Eliezer G. A da Rocha  
Franklin de Moraes  
Frederico José Campelo de Souza  
Jardo Caetano dos Santos  
José Wilson de Castro Temóteo  
João de Castro Mascarenhas  
Jorge Luiz Fortunato de Miranda  
Luiz Carlos de Souza Júnior  
Manoel Júlio da Trindade G. Galvão  
Saulo de Tarso Monteiro Pires  
Sérgio Monthezuma S. Guerra  
Simeones Neri Pereira  
Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho  
Vanildo Almeida Mendes

### **SUREG-SA**

Edvaldo Lima Mota  
Edmilson de Souza Rosa  
Hermínio Brasil Vilaverde Lopes  
João Cardoso Ribeiro M. Filho  
Luis Henrique Monteiro Pereira  
Pedro Antônio de Almeida Couto  
Vânia Passos Borges

### **SUREG-BH**

Angélica Garcia Soares  
Eduardo Jorge Machado Simões  
Ely Soares de Oliveira  
Haroldo Santos Viana  
Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

### **EM DESTAQUE**

Almir Araújo Pacheco - SUREG-BE  
Ana Cláudia Vieira - SUREG-PA  
Bráulio Robério Caye - SUREG-PA  
Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA  
Geraldo de B. Pimentel - SUREG-PA  
José Cláudio Viégas C. - SUREG-SA  
Paulo Pontes Araújo - SUREG-BE  
Tomás E. Vasconcelos - SUREG-GO

### **RECENSEADORES**

Acácio Ferreira Júnior  
Adriana de Jesus Felipe  
Álerson Falieri Suarez  
Almir Gomes Freire - CPRM  
Ângela Aparecida Pezzuti  
Antônio Celso R. de Melo - CPRM  
Antônio Edílson Pereira de Souza  
Antônio Jean Fontenele Menezes  
Antônio Manoel Marciano Souza  
Antônio Marques Honorato  
Armando Arruda Câmara F. - CPRM  
Carlos Alberto G. de Andrade - CPRM  
Celso Viana Maciel  
Cícero René de Souza Barbosa  
Cláudio Márcio Fonseca Vilhena  
Claudionor de Figueiredo  
Cleiton Pierre da Silva Viana  
Cristiano Alves da Silva  
Edivaldo Fateicha - CPRM  
Eduardo Benevides de Freitas  
Eduardo Fortes Crisóstomos  
Eliomar Coutinho Barreto  
Emanuelly de Almeida Leão  
Emerson Garret Menor  
Emicles Pereira C. de Souza  
Érika Peconick Ventura  
Ervál Manoel Linden - CPRM  
Ewerton Torres de Melo  
Fábio de Andrade Lima  
Fábio de Souza Pereira  
Fábio Luiz Santos Faria  
Francisco Augusto A. Lima  
Francisco Edson Alves Rodrigues  
Francisco Ivanir Medeiros da Silva  
Francisco José Vasconcelos Souza  
Francisco Lima Aguiar Junior  
Francisco Pereira da Silva - CPRM  
Frederico Antônio Araújo Meneses  
Geancarlo da Costa Viana  
Genivaldo Ferreira de Araújo  
Gustavo Lira Meyer  
Haroldo Brito de Sá  
Henrique Cristiano C. Alencar

Jamile de Souza Ferreira  
Jaqueline Almeida de Souza  
Jeftê Rocha Holanda  
João Carlos Fernandes Cunha  
João Luis Alves da Silva  
Joelza de Lima Enéas  
Jorge Hamilton Quidute Goes  
José Carlos Lopes - CPRM  
Joselito Santiago Lima  
Josemar Moura Bezerril Junior  
Julio Vale de Oliveira  
Kênia Nogueira Diógenes  
Marcos Aurélio C. de Góis Filho  
Mário Wardi Junior  
Matheus Medeiros Mendes Carneiro  
Maurício Vieira Rios - CPRM  
Michel Pinheiro Rocha  
Narcelya da Silva Araújo  
Nicácia Débora da Silva  
Oscar Rodrigues Aciolly Júnior  
Paula Francinete da Silveira Baia  
Paulo Eduardo Melo Costa  
Paulo Fernando Rodrigues Galindo  
Pedro Hermano Barreto Magalhães  
Raimundo Correa da Silva Neto  
Ramiro Francisco Bezerra Santos  
Raul Frota Gonçalves  
Rodrigo Araújo de Mesquita  
Romero Amaral Medeiros Lima  
Rosângela de Assis Nicolau  
Saulo Moreira de Andrade - CPRM  
Sérvulo Fernandez Cunha  
Thiago de Menezes Freire  
Valdirene Carneiro Albuquerque  
Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM  
Vilmar Souza Leal - CPRM  
Wagner Ricardo R. de Alkimim  
Walter Lopes de Moraes Junior

### **TEXTOS**

### **ORGANIZAÇÃO**

José Roberto de Carvalho Gomes  
Robério Bôto de Aguiar

### **CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

#### **Localização e Aspectos Sócio-Econômicos**

Homero Coelho Benevides  
Raimundo Anunciato de Carvalho  
Robério Bôto de Aguiar  
Valderedo de Almeida Magno

#### **Aspectos Fisiográficos e Geologia**

Epifânio Gomes da Costa

**Recursos Hídricos Superficiais**  
Francisco Tarcísio Braga Andrade  
Robério Bôto de Aguiar

#### **Recursos Hídricos Subterrâneos**

Jose Roberto de Carvalho Gomes

### **DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS**

Liano Silva Veríssimo  
Ricardo de Lima Brandão  
Robério Bôto de Aguiar

## ILUSTRAÇÕES

Ângelo Trévia Vieira  
Francisco Vladimir Castro Oliveira  
Iaponira Paiva Gomes  
José Alberto Ribeiro  
José Roberto de Carvalho Gomes  
Liano Silva Veríssimo  
Oderson Antônio de Souza Filho  
Raimundo Anunciato de Carvalho  
Ricardo de Lima Brandão  
Sara Maria Pinotti Benvenuti

## BANCO DE DADOS

### Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

### Administração

Eriveldo da Silva Mendonça

### Consistência

Janólfra Leda Rocha Holanda

## MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

### Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

### Execução

Antônio Celso Rodrigues de Melo  
José Emilson Cavalcante  
Selêucis Lopes Nogueira  
Vicente Calixto Duarte Neto

A282	Aguiar, Robério Bôto de Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Demerval Lobão / Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes . — Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.  1. Hidrogeologia – Piauí - Cadastros. 2. Água subterrânea – Piauí - Cadastros. I. Gomes, José Roberto de Carvalho. II Título.  CDD 551.49098122
------	---

## APRESENTAÇÃO

---

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o início o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hídricos subterrâneos, de forma compatível com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Embora com múltiplas finalidades, este Projeto visa atender diretamente às necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com as Secretarias de Energia e de Minas e Metalurgia e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsídios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes

Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

### APRESENTAÇÃO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA</b>	<b>1</b>
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>2</b>
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO</b>	<b>2</b>
4.1. LOCALIZAÇÃO	2
4.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	2
4.3. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS	3
4.4. GEOLOGIA	4
4.5. RECURSOS HÍDRICOS	4
4.5.1. Águas Superficiais	4
4.5.2. Águas Subterrâneas	5
<b>5. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS</b>	<b>5</b>
<b>6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>7</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>8</b>
<b>ANEXO 1 - PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO</b>	
<b>ANEXO 2 - MAPA DE PONTOS D'ÁGUA</b>	

## 1 - INTRODUÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastróficos são por demais conhecidos e remontam aos primórdios da história do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade dessas fontes hídricas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tornar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de ser solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está realizando o **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea** em consonância com as diretrizes do Governo Federal e com os propósitos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo cadastrar todos os poços tubulares, poços amazonas representativos e fontes naturais em uma área, inicial, de 722.000 km<sup>2</sup> da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

## 2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e norte de Minas Gerais e Espírito Santo.



Figura 1 - Área de abrangência do Projeto



### 3 - METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização deste projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de poços dos estados do Ceará e de Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km<sup>2</sup>. Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (poço tubular, poço escavado e fonte natural), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do *Global Positioning System* (GPS) e obtenção de todas as informações passíveis de ser coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poço, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade e uso da água, e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente ao Núcleo de Processamento de Dados da CPRM-Residência de Fortaleza, para, após rigorosa análise, alimentarem um banco de dados que, devidamente consistido e tratado, possibilitou a elaboração de um mapa de pontos d'água de cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando fácil manuseio e compreensão acessível a diferentes usuários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água foram utilizados, como base cartográfica, os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográficas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos poços e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *ArcView*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem por problemas ainda existentes na cartografia municipal ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores.

Além desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

### 4 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DEMERVAL LOBÃO

#### 4.1 - Localização

O município está localizado na microrregião de Teresina (figura 2), compreendendo uma área irregular de 228,11 km<sup>2</sup>, tendo como limites ao norte os municípios de Teresina, ao sul Lagoa do Piauí e Teresina, a leste Altos, Beneditinos e Lagoa do Piauí, e a oeste Teresina.

A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 05°21'28" de latitude sul e 42°40'33" de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 30 km de Teresina.

#### 4.2 - Aspectos Socioeconômicos

Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos a partir de pesquisa nos *sites* do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)) e do Governo do Estado do Piauí ([www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)).

O município foi criado pela Lei nº 2.553 de 09/12/1963. A população total, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 12.489 habitantes e uma densidade demográfica de 54,79 hab/km<sup>2</sup>, onde 17,89% das pessoas estão na zona rural. Com relação a educação, 68,6% da população acima de 10 anos de idade são alfabetizadas.

A sede do município dispõe de energia elétrica distribuída pela Companhia Energética do Piauí S/A - CEPISA, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e telégrafos, e escola de ensino fundamental.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho.

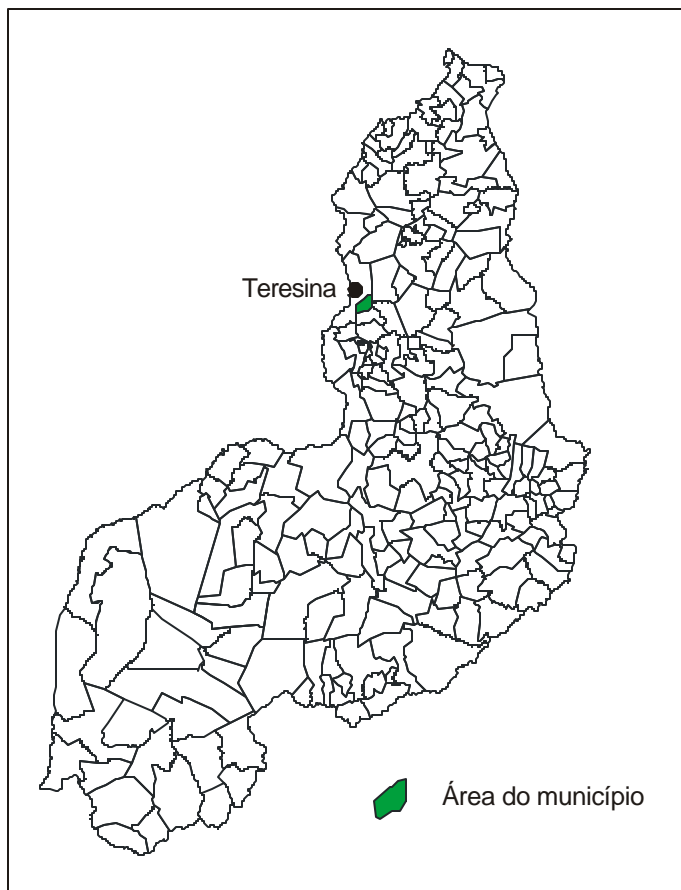


Figura 2 - Mapa de localização do município.

### 4.3 - Aspectos Fisiográficos

As condições climáticas do município de Demerval Lobão (com altitude da sede a 112 m acima do nível do mar) apresentam temperaturas mínimas de 22°C e máximas de 28°C, com clima quente tropical. A precipitação pluviométrica média anual (com registro de 1.800 mm, na sede do município) é definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais entre 800 a 1.400 mm, cerca de 5 a 6 meses como os mais chuvosos e período restante do ano de estação seca. Os meses de janeiro, fevereiro e março correspondem ao trimestre mais úmido. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Radam (1973), Perfil dos Municípios (IBGE-CEPRO, 1998) e Levantamento Exploratório-Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (Jacomine et al., 1986).

Os solos da região são provenientes da alteração de arenitos, siltitos, folhelhos, calcários e silexitos. Compreendem solos litólicos, álicos e distróficos, de textura média, pouco desenvolvidos, rasos a muito rasos, fase pedregosa, com floresta caducifólia e/ou floresta sub-caducifólia/cerrado. Associados ocorrem solos podzólicos vermelho-amarelos, textura média a argilosa, fase pedregosa e não pedregosa, com misturas e transições vegetais de floresta sub-caducifólia/caatinga. Secundariamente, ocorrem areias quartzosas, que compreendem solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado sub-caducifólio/floresta sub-caducifólia. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Sudeste do Piauí II (CPRM, 1973) e Jacomine et al. (1986).

As formas de relevo compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas e superfícies onduladas com relevo movimentado, encostas e prolongamentos esiduais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas de vales, elevações (serras, morros e colinas), com altitudes de 150 a 500 metros. Sequência de platôs e chapadas de

altitudes médias de 600 a 400 metros acima do nível do mar, podendo alcançar 800 metros. Dados obtidos a partir do Levantamento Exploratório-Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986), Projeto Radam (1973) e Geografia do Brasil–Região Nordeste (IBGE, 1977).

#### 4.4 - Geologia

As unidades geológicas dominantes na totalidade da área do município pertencem às coberturas sedimentares. Encimando o pacote jaz a Formação Pastos Bons reunindo arenito, folhelho e calcário. Entremeando o pacote, destaca-se a Formação Pedra de Fogo com arenito, folhelho, calcário e silexito. Na base do pacote repousam os sedimentos da Formação Piauí, cujos representantes são arenito, folhelho, siltito e calcário (figura 3).

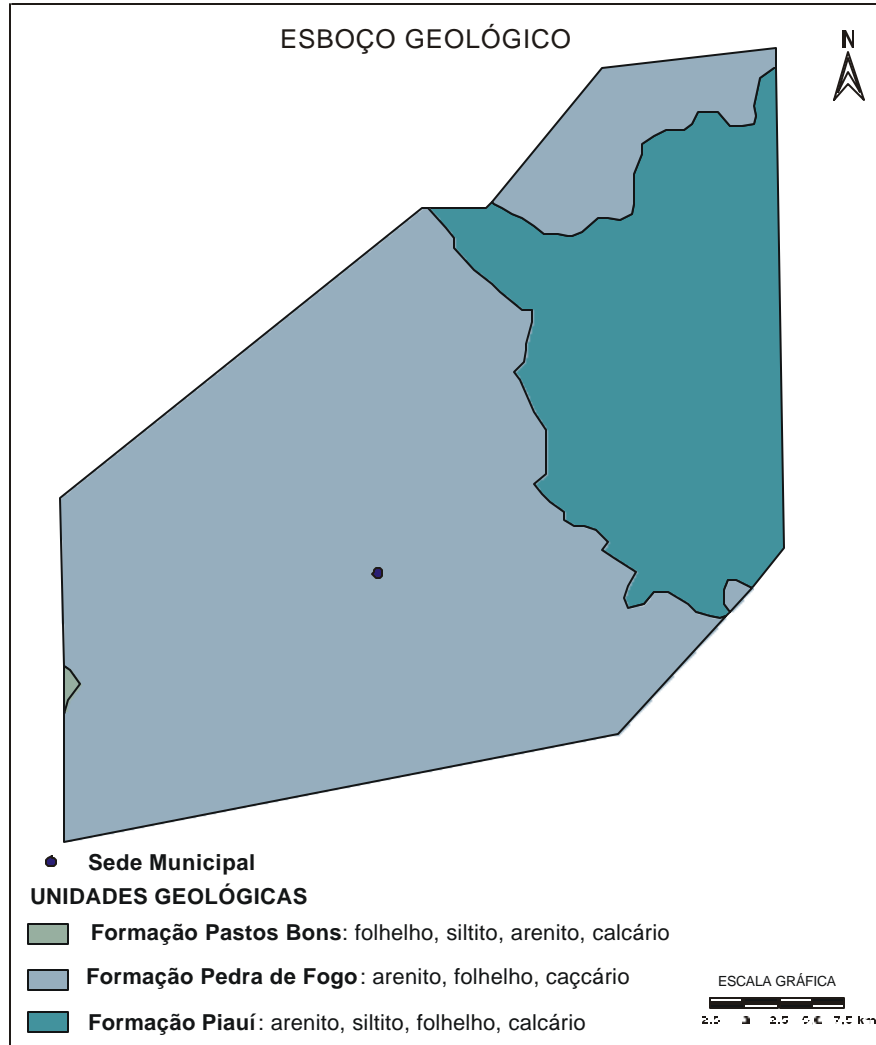


Figura 3 - Esboço geológico do município.

#### 4.5 - Recursos Hídricos

##### 4.5.1 - Águas Superficiais

Os recursos hídricos superficiais gerados no estado do Piauí estão representados pela bacia hidrográfica do rio Parnaíba, a mais extensa dentre as 25 bacias da Vertente Nordeste, ocupando uma área de 330.285 km<sup>2</sup>, o equivalente a 3,9% do território nacional, e abrange o estado do Piauí e parte do Maranhão e do Ceará.

O rio Parnaíba possui 1.400 quilômetros de extensão e a maioria dos afluentes localizados a jusante de Teresina são perenes e supridos por águas pluviais e subterrâneas. Depois do rio São Francisco, é o mais importante rio do Nordeste.

Dentre as sub-bacias, destacam-se aquelas constituídas pelos rios: Balsas, situado no Maranhão; Potí e Portinho, cujas nascentes localizam-se no Ceará; e Canindé, Piauí, Uruçuí-Preto, Gurguéia e Longá, todos no Piauí. Cabe destacar que a sub-bacia do rio Canindé, apesar de ter 26,2% da área total da bacia do Parnaíba, drena uma grande região semi-árida.

Apesar do Piauí estar inserido no “Polígono das Secas”, não possui grande quantidade de açudes. Os mais importantes são: Boa Esperança, localizado em Guadalupe e represando cinco bilhões de metros cúbicos de água do rio Parnaíba, vem prestando grandes benefícios à população através da criação de peixes e regularização da vazão do rio, o que evitará grandes cheias, além de melhorar as possibilidades de navegação do rio Parnaíba; Caldeirão, no município de Piri-piri, onde se desenvolve grandes projetos agrícolas; Cajazeiras, no município de Pio IX, é também uma garantia contra a falta de água durante as secas; Ingazeira, situado no município de Paulistana, no rio Canindé e; Barreira, situado no município de Fronteiras.

Os principais cursos d’água que drenam o município são: o rio Poti e o riacho Marimba.

#### 4.5.2 - Águas Subterrâneas

No município de Demerval Lobão só ocorre um domínio hidrogeológico, representado pelas rochas sedimentares, pertencentes à Bacia do Parnaíba, que são as formações Piauí, Pedra de Fogo e Pastos Bons.

A Formação Piauí embora tenha mais predominância de arenitos na sua constituição litológica, não se constitui numa opção para fornecimento de água subterrânea, pois aflora apenas numa pequena faixa no extremo sudoeste do município.

A Formação Pedra de Fogo, pelas suas características litológicas, com predominância de camadas argilosas e intercalações de leitos de sílex, que são rochas impermeáveis, apresenta pouco interesse hidrogeológico.

A Formação Pastos Bons, por ser constituída litologicamente de rochas de baixíssima permeabilidade a impermeáveis, não se constituem como opção em termos de hidrogeologia.

### 5 - DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a presença de 101 pontos d’água, sendo uma fonte natural, um poço escavado (cacimba ou amazonas) e 99 poços tubulares. Como os poços representam a grande maioria dos pontos cadastrados, o diagnóstico ficará restrito a esta categoria.

Quanto à propriedade do terreno onde se encontram, os poços foram classificados em: públicos, quando estão em terrenos de servidão pública e; particular, quando estão em propriedades privadas. A figura 4 mostra que 24 poços são públicos e 76 são de uso particular.

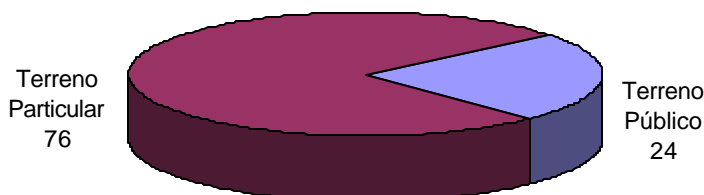


Figura 4 – Natureza da propriedade do terreno.

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: poços em operação, paralisados, não instalados e abandonados. Os poços em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados com manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles que foram perfurados, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem poços secos e poços obstruídos, e representam os que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, é apresentada em números absolutos no quadro 1 e em termos percentuais na figura 5.

Quadro 1 - Situação atual dos poços cadastrados com relação a finalidade de uso da água.

Natureza do poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado
Público	2	16	3	3
Particular	3	63	5	5
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>79</b>	<b>8</b>	<b>8</b>

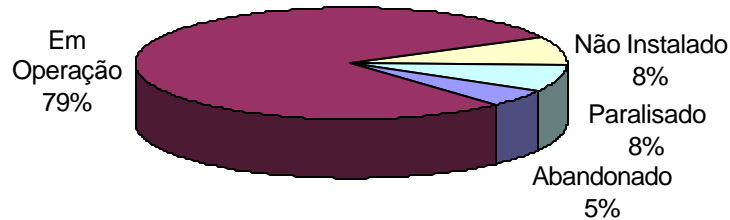


Figura 5 - Situação dos poços cadastrados.

A figura 6 mostra a relação entre os poços tubulares atualmente em operação e os poços desativados (paralisados e não instalados), mas passíveis de entrar em funcionamento. Verifica-se que 10 poços particulares estão desativados. Com relação aos poços públicos, seis encontram-se desativados, podendo, entretanto, vir a operar, somando suas descargas àquelas dos 16 poços que estão em uso.

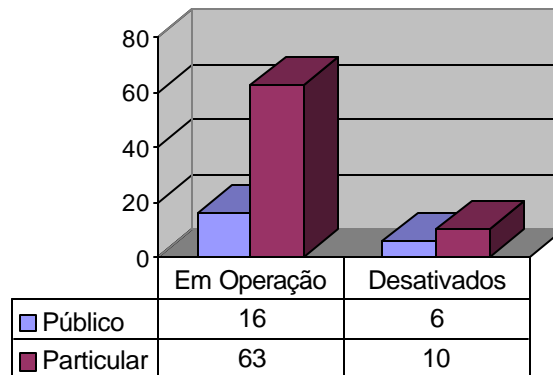


Figura 6 – Poços em uso e passíveis de funcionamento.

Com relação à fonte de energia utilizada nos sistemas de bombeamento dos poços, a figura 7 mostra que 23 poços públicos e 70 particulares utilizam energia elétrica. O restante, um poço público e seis particulares dependem de outras fontes de energia, como: eólica (cata-vento), solar e combustíveis (óleo diesel, gasolina etc).

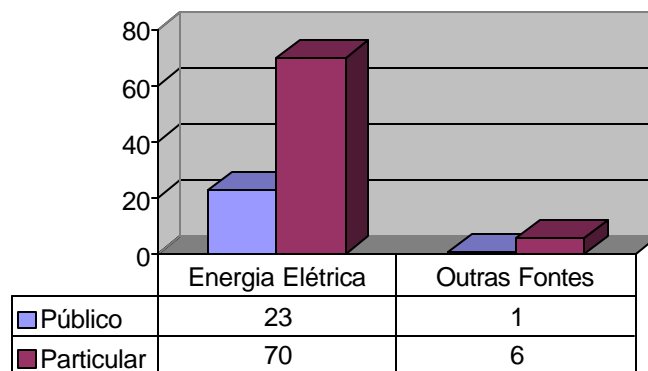


Figura 7 – Tipo de energia utilizada nos sistemas de bombeamento de água

Com relação à qualidade das águas dos poços cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade elétrica, que é a capacidade de uma substância conduzir a corrente elétrica, diretamente relacionada com o teor de sais dissolvidos.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade elétrica da água multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sólidos totais dissolvidos (STD). Neste diagnóstico, utilizou-se o fator 0,65 para obter o teor de sólidos dissolvidos nas águas analisadas.

A água com demasiado teor de minerais dissolvidos não é conveniente para certos usos. Contendo menos de 500 mg/L de sólidos dissolvidos é, em geral, satisfatória para o uso doméstico e para muitos fins industriais. Com mais de 1.000 mg/L contém minerais que lhe conferem um sabor desagradável e a torna inadequada para diversas finalidades.

Para efeito de classificação das águas dos poços cadastrados, foram considerados os seguintes intervalos de sólidos totais dissolvidos (STD).

< 500 mg/L	Água doce
500 a 1.500 mg/L	Água salobra
> 1.500 mg/L	Água salgada

Foram coletadas amostras de água e analisados os sólidos totais dissolvidos de 88 poços, tendo como resultados valores variando de 26,6 a 340,6 mg/L e valor médio de 132,2 mg/L. Conforme a classificação das águas subterrâneas no município, todas águas são do tipo doce, ou seja, os sólidos totais dissolvidos nestas águas estão abaixo de 500 mg/L.

## 6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise dos dados referentes ao cadastramento de poços executado no município, permitiu estabelecer as seguintes conclusões:

1. Em termos de domínio hidrogeológico, predominam as rochas da Bacia Sedimentar do Parnaíba, que possuem porosidade primária e boa permeabilidade, proporcionando boas condições de armazenamento e fornecimento de água;
2. O quadro 2 apresenta a situação atual dos poços existentes no município, onde cerca de 24% dos poços cadastrados são públicos e, aproximadamente, 16% de todos os poços são passíveis de funcionamento, podendo aumentar significativamente a oferta de água para a população;
3. Aproximadamente 93% dos poços são atendidos por rede de energia elétrica, o restante utiliza-se de fontes alternativas (eólica, solar) ou combustíveis para funcionar o sistema de bombeamento de água;
4. Em termos de qualidade das águas subterrâneas, as amostras analisadas mostraram que todos os poços apresentam água doce.

Quadro 2 - Situação atual dos poços cadastrados no município

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado	Total
Público	2	16	3	3	24
Particular	3	63	5	5	76
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>79</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>100</b>

Com base nas conclusões acima estabelecidas pode-se fazer as seguintes recomendações:

1. Os poços desativados e não instalados devem entrar em programas de recuperação e instalação de equipamentos de bombeamento, visando o aumento da oferta de água à região;
2. Poços paralisados em virtude de alta salinidade, devem ser analisados com detalhe (vazão, análise físico-química, nº de famílias atendidas etc.) visando a instalação de equipamentos de dessalinização da água;
3. Todos os poços necessitam de manutenção periódica para assegurar o seu funcionamento, principalmente, em tempos de estiagens prolongadas;
4. Para assegurar a boa qualidade da água, do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas, em todos os poços, medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção etc.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geografia do Brasil. *Região Nordeste*. Rio de Janeiro, SERGRAF. IBGE, 1977
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. [Mapas Base dos municípios do Estado do Piauí]. Escalas variadas. Inédito.
- JACOMINE, P.K.T. et al.. Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Estado do Piauí. Rio de Janeiro. EMBRAPA-SNLCS/SUDENE-DRN. 1986. 782 p ilust.
- LIMA, E. de A. M. & LEITE, J.F. – 1978 – Projeto Estudo Global da Bacia Sedimentar do Parnaíba. Recife: DNPM/CPRM.
- PESSOA, M. D. – 1979 – Inventário Hidrogeológico Básico do Nordeste. Folha Nº 18 – São Francisco – NE. Recife. SUDENE
- PROJETO CARVÃO DA BACIA DO PARNAÍBA. Convênio DNPM/CPRM. Relatório Final da Etapa I. vol. 1. Recife. 1973
- PROJETO RADAM. FOLHA SB.23 TERESINA E PARTE DA FOLHA SB.24 JAGUARIBE; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro. 1973.

**PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO**



Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea  
Diagnóstico do Município de Demerval Lobão - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE _S	LONGTUDE_ W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTES DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
GL961	SANTA MARIA - SITIO MARAFLORES	5 25 12,8	42 41 47,4	Poço tubular	Particular	78	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		105,95
GM025	RESTAURANTE JANDIRA	5 21 51	42 40 27,8	Poço tubular	Particular	50	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	95,55
GN350	BARRO	5 24 48,8	42 41 38,4	Poço tubular	Público	97	8000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	66,3
GN351	CARNAIBA	5 24 2,8	42 41 42,1	Poço tubular	Particular	60	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		109,2
GN352	SITIO CARNAIBA	5 23 49,6	42 41 34,8	Poço tubular	Particular	60	8000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		52,65
GN353	CARNAIBA	5 23 43,5	42 41 32,6	Poço tubular	Particular	80	8000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		52,65
GN354	CARNAIBA	5 23 42,4	42 41 15,2	Poço tubular	Particular	70	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	85,8
GN355	CAJUEIRO	5 23 11,6	42 41 10	Poço tubular	Particular	100	450	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	35,1
GN356	ALTO BONITO (U. F. EGIDE FRANCISCO)	5 22 57,8	42 42 6,8	Poço tubular	Público	91	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	36,4
GN357	ESPRAIADO	5 22 53,3	42 42 23,6	Poço tubular	Público	130	5000	Paralisado	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	57,85
GN358	ESPRAIADO	5 22 44,8	42 42 24	Poço tubular	Particular	42		Abandonado				
GN359	FAZENDA TODOS SANTOS - ESPRAIADO	5 22 27,8	42 42 11,8	Poço tubular	Particular	36	35000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	49,4
GN360	ESPRAIADO - FAZENDA TODOS OS SANTOS	5 22 28,1	42 42 18	Poço tubular	Particular	65	30000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		74,75
GN361	MARIMBA I - U. E. JOSE NUNES DE CAVALCANTE	5 22 29,3	42 42 1,5	Poço tubular	Público	65		Não Instalado				141,05
GN362	MARIMBA	5 22 33,2	42 41 54,6	Poço tubular	Particular	100		Não Instalado				68,25
GN363	MARIMBA I	5 22 26,4	42 41 54,7	Poço tubular	Particular	70	30000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	65,65
GN364	MARIMBA III	5 22 20,8	42 41 59,2	Poço tubular	Particular	50	5000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	47,45
GN365	MARIMBA	5 21 13,6	42 41 31,6	Poço tubular	Particular	70	700	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	157,95
GN366	MARIMBA II	5 21 21,6	42 42 7,3	Poço tubular	Público	75		Paralisado	Bomba injetora			96,2
GN367	MARIMBA	5 21 8,1	42 42 30,3	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	135,2
GN368	MARIMBA	5 21 59	42 42 28,4	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		53,3
GN369	MARIMBA	5 21 56,2	42 42 28,1	Poço tubular	Particular	38	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	123,5
GN370	MARIMBA	5 21 54,7	42 42 36,9	Poço tubular	Particular	28	8000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		58,5
GN371	MARIMBA I	5 22 24,3	42 42 24,7	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		57,2
GN372	FAZENDA BOI MANSO	5 22 21,1	42 44 27,2	Poço tubular	Particular	100	18000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	305,5
GN373	BOI MANSO	5 22 28,2	42 44 31,8	Poço tubular	Particular	40	18000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		308,1
GN374	ASSENTAMENTO MUTUM	5 22 12,7	42 45 1,1	Poço tubular	Público	70		Não Instalado				315,9
GN375	MUTUM	5 22 9,3	42 44 42,1	Poço tubular	Público	100	20000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	271,7
GN376	ESPRAIADO	5 22 50,7	42 42 47	Poço tubular	Particular	90		Paralisado	Bomba submersa	Elétrica trifásica		
GN377	BOCA DA MATA	5 24 56,8	42 42 44,8	Poço tubular	Particular	60	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	51,35
GN378	SANTA RITA	5 22 22,1	42 40 33,6	Poço tubular	Particular		6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	40,3
GN379	SANTA RITA	5 22 16,8	42 40 45,5	Poço tubular	Particular	60	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	33,8
GN380	LAGOA SECA	5 20 6,1	42 44 22	Poço tubular	Particular	80	22000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	37,7
GN381	TABOCA	5 20 9,1	42 42 19,6	Poço tubular	Particular			Paralisado	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	
GN382	TABOCA	5 20 30	42 41 28,7	Poço tubular	Particular	60	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	56,55
GN383	PIACABA - ESC. MUN. FRANCISCO LUIZ	5 20 31	42 40 35,7	Poço tubular	Público	80	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	252,2

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea  
Diagnóstico do Município de Demerval Lobão - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE _S	LONGITUDE _W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
GN384	PAICABA - ESC. MUN. FRANCISCO LUI	5 20 33	42 40 37,9	Poço tubular	Público	71		Abandonado				
GN385	RUA SAO FRANCISCO, 550 - DEMERVA	5 21 24,1	42 40 37,1	Poço tubular	Particular	80		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	211,9
GN386	AV. PE. JOAQUIM NONATO, 914 - SED	5 21 39	42 40 31,1	Poço tubular	Particular	70	8000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	93,6
GN387	AV. PE. JOAQUIM NONATO, 587 - CEN	5 21 26,9	42 40 31,9	Poço tubular	Público		20000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	230,75
GN388	RUA FRANCISCO DE CARVALHO MELC	5 21 13	42 40 25,7	Poço tubular	Público		25000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	313,95
GN389	RUA BARRACAO - CENTRO	5 21 22,4	42 40 28,1	Poço tubular	Público	200		Abandonado				
GN390	RUA SANTO ANTONIO - CENTRO	5 21 24,6	42 40 24	Poço tubular	Público			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	
GN391	POSTO COMB PARATODOS/AV. PE. J	5 21 50,5	42 40 29,1	Poço tubular	Particular	100	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	78,65
GN392	RUA SAO DOMINGOS - CIDADE NOVA	5 21 59,6	42 40 11,3	Poço tubular	Público	60	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	39
GN393	RUA TIRADENTES S/N - BAIRRO CIDA	5 22 2,6	42 40 15,7	Poço tubular	Particular		6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	31,2
GN394	SANTA RITA	5 22 17	42 39 37,7	Poço tubular	Particular	100	6000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel		44,2
GN395	RUA RAIMUNDO SOARES - BOA ESPE	5 21 45,1	42 40 56,1	Poço tubular	Público		20000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	129,35
GN396	RUA ANTONIO CARVALHO LIMA - BOA	5 21 51,1	42 40 50,7	Poço tubular	Público		6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	85,15
GN397	CASA PAROQUIAL - PRAIA DO VENTO	5 22 6,3	42 40 41,3	Poço tubular	Particular			Abandonado				
GN398	BAIRRO SANTA RITA - SITIO MARIALV	5 22 3,9	42 40 40,2	Poço tubular	Particular	70	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	69,55
GN399	RANCHO DA LUA	5 20 50,6	42 39 52,2	Poço tubular	Particular	61	1500	Em Operação	Bomba injetora	Elétrica trifásica	Particular	248,95
GN400	SANTA CRUZ	5 19 31,5	42 41 49,6	Poço tubular	Particular		6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	164,45
GN404	RUA SANTA LUZIA, 120	5 21 46,3	42 40 57,2	Poço tubular	Particular	80		Não Instalado				94,9
GN669	JOAO PAULO	5 17 34,8	42 36 2,7	Poço tubular	Público	100	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	281,45
GN670	JOAO PAULO	5 17 40,6	42 35 59,9	Poço tubular	Particular	76	15000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	184,6
GN671	SANTO ELIAS - COLEGIO SANTO ELIA	5 15 55,9	42 37 11,5	Poço tubular	Público			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	243,75
GN672	FAZENDA EXTREMAS	5 16 33	42 39 23,3	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	222,95
GN673	CURRAL QUEIMADO	5 18 10,3	42 38 51	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	238,55
GN674	JENIPAPEIRO	5 19 34,1	42 37 39,8	Fonte natural	Particular			Em Operação			Comunitário	98,15
GN675	CACHOEIRA	5 20 4,7	42 37 40,2	Poço tubular	Particular	120	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	295,75
GN676	CACHOEIRA	5 20 15,3	42 37 44,8	Poço tubular	Particular	96	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	301,6
GN677	MALAQUIAS	5 21 4,2	42 37 35,2	Poço tubular	Particular	80		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	265,85
GN678	SAO JOSE	5 21 36	42 36 48,1	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	280,15
GN679	SAO JOSE	5 21 19,8	42 36 27,7	Poço tubular	Particular	121	7200	Não Instalado	Sarilho			179,4
GN680	JARDIM - COLEGIO JARDIM	5 20 39,7	42 38 14,5	Poço tubular	Público	120	9000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	259,35
GN681	FAZENDA NEIVA	5 19 32,3	42 38 6	Poço tubular	Particular	85	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	323,05
GN682	OLHO D'AGUA	5 19 20,9	42 38 12,3	Poço tubular	Particular	82		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	340,6
GN683	CHAPADA DO SONO I	5 19 45,6	42 40 12,9	Poço tubular	Particular	90		Em Operação	Bomba centrífuga	Elétrica monofásica	Particular	26,65
GN684	CHAPADA DO SONO II	5 19 29,2	42 40 19,4	Poço tubular	Particular	85		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Particular	29,9
GN685	PROJETO OLHO D'AGUA	5 18 10,7	42 39 4,8	Poço tubular	Público	120	12000	Em Operação	Bomba injetora	Elétrica trifásica	Comunitário	312
GN686	PROJETO OLHO D'AGUA	5 18 6	42 39 12,5	Poço escavado	Público	12,5		Não Instalado	Sarilho		Comunitário	70,85

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea  
Diagnóstico do Município de Demerval Lobão - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE _S	LONGTUDE_ W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
GN687	PROJETO OLHO D'AGUA	5 18 10,6	42 39 22,3	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	133,9
GN688	PROJETO OLHO D'AGUA	5 18 34,6	42 39 45	Poço tubular	Particular	130		Em Operação	Bomba centrífuga	Elétrica monofásica		276,9
GN689	PROJETO OLHO D'AGUA	5 18 38,1	42 40 3,3	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Particular	
GN690	PROJETO OLHO D'AGUA	5 18 39,8	42 40 13,4	Poço tubular	Particular	120		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	46,8
GN691	OLHO D'AGUA - RACHINHO SANTA CL	5 19 52,1	42 39 38,4	Poço tubular	Particular	57	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	42,25
GN692	BOA VISTA	5 16 56,6	42 40 8,4	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	192,4
GN693	BOA VISTA	5 17 14,8	42 39 40,8	Poço tubular	Particular	105	30000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	212,55
GN694	SONO	5 18 23,8	42 41 6,6	Poço tubular	Público	80	9000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	143,65
GN695	SONO	5 18 17,7	42 41 6,5	Poço tubular	Particular	100	11000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	137,8
GN696	SONO	5 18 31,2	42 41 2,6	Poço tubular	Particular			Paralisado	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	
GN697	ALTO DA BOA VISTA	5 18 56,1	42 41 3,5	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	30,55
GN698	ALTOS DA BOA VISTA	5 19 2,9	42 41 10	Poço tubular	Particular	100		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica		60,45
GN699	ALTOS DA BOA VISTA	5 19 16,8	42 41 41,3	Poço tubular	Particular			Paralisado		Elétrica monofásica	Particular	91
GN700	SANTA CRUZ III	5 19 0,2	42 41 39,7	Poço tubular	Particular	80	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	42,25
GN701	POSTO FISCAL MODELO - SEFAZ	5 19 11,4	42 42 4	Poço tubular	Público	120		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		40,95
GN702	SANTA CRUZ - VIZINHO AO POSTO FIS	5 19 9,5	42 42 1,7	Poço tubular	Particular			Não Instalado				53,95
GN703	SAMBAREIA - BACURI	5 19 24,7	42 42 7,5	Poço tubular	Particular	100		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	70,85
GN704	FAZENDA FLOR DO CAMPO	5 18 46,6	42 42 5,9	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		100,75
GN705	CHAPADINHA - LOTEAMENTO FAVEIR	5 18 21,1	42 42 24,9	Poço tubular	Particular	80		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	116,35
GN706	LOTEAMENTO FAVEIRA - LOTE 13	5 18 27,8	42 42 36,2	Poço tubular	Particular	120	9500	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	155,35
GN707	PARQUE FRONTEIRA - LOTE 10	5 18 22,5	42 42 36,4	Poço tubular	Particular	100		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	57,85
GN708	PARQUE FRONTEIRA	5 18 18,7	42 42 30,4	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	76,05
GN709	UBERLANDIA	5 17 50,1	42 42 17,1	Poço tubular	Particular			Abandonado				113,75
GN710	SITIO RIACHO DOCE - UBERLANDIA	5 17 48,4	42 41 51,9	Poço tubular	Particular	80		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	127,4
GN711	CHAPADINHA - LOTEAMENTO FAVEIR	5 18 12,6	42 42 15	Poço tubular	Particular	80	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	81,9
GN712	CHAPADINHA - LOTEAMENTO FAVEIR	5 18 17,3	42 42 16,1	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica		
GN713	PASSAGEM DA LUA	5 19 46,8	42 41 45,3	Poço tubular	Particular			Paralisado	Bomba injetora	Óleo Diesel		
GN714	PASSAGEM DA LUA	5 19 52,3	42 41 49,4	Poço tubular	Particular			Não Instalado				
GN715	ESTADIO DE DEMERVAL LOBAO	5 20 44,7	42 40 53,2	Poço tubular	Público	90		Paralisado	Bomba submersa	Elétrica trifásica		75,4

**MAPA DE PONTOS D'ÁGUA**